

MINERAÇÃO E CONFLITO AMBIENTAL: O CASO DO MINERODUTO DA FERROUS NA ZONA DA MATA DO ESTADO DE MINAS GERAIS-BRASIL

*Marcelo Leles Romarco de Oliveira*¹

¹Doutor em Ciências Sociais; Professor do Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa-Minas Gerais-Brasil. E-mail: mlromarco@yahoo.com.br

Artigo recebido em 17/10/2014 e aceito em 21/12/2014

RESUMO

Este trabalho pretende trazer a luz do debate uma análise envolvendo a resistência dos movimentos sociais e comunidades afetadas quanto o processo de implantação do Mineroduto da empresa Ferrous na Zona da Mata do estado de Minas Gerais. Para o desenvolvimento do estudo foram realizados trabalhos de campo nos municípios da região, utilizando-se de entrevistas semiestruturadas, como ponto de orientação da coleta de informações. Outra fonte de dados foi à pesquisa documental. Os documentos utilizados na pesquisa foram: Estudo de Impactos Ambientais (EIA), Relatório de Impactos Ambientais (RIMA), Relatório sobre os impactos socioambientais do mineroduto da Ferrous Resources na microrregião de Viçosa-MG e recorte de matérias de jornais e blogs que trataram dessa temática. O pesquisador, também, acompanhou reuniões e assembleias populares realizadas nos municípios atingidos pelo empreendimento. Como resultados a pesquisa aponta que o processo de resistência estabelecidos pelos atores contrários a instalação do mineroduto trouxeram resultados positivos, uma vez que esta mobilização contribuiu para que o processo de licenciamento fosse revisto e algumas medidas judiciais fossem tomadas. Neste cenário as ferramentas de organização dos grupos atingidos foram primordiais para o cenário que se instalou as quais foram: as reuniões, a constituição da Campanha pelas Águas e Contra o Mineroduto da Ferrous e o processo de constituição da Associação dos Atingidos pelo Mineroduto da Ferrous.

Palavras chaves: Conflito, impactos socioambientais, mineroduto.

MINING AND ENVIRONMENTAL CONFLICT: THE CASE OF THE PIPELINE FERROUS ZONA DA MATA OF THE STATE OF MINAS GERAIS, BRAZIL

ABSTRACT

This paper aims to bring the light of the discussion an analysis involving the resistance of social movements and affected communities as the deployment process Ferrous Pipeline Company in the Zona da Mata of Minas Gerais State. To develop the study were conducted fieldwork in the municipalities of the region, using semi-structured interviews, as a point of orientation of information collection. Another source of data was the documentary research. The documents used in the research were: Environmental Impact Assessment (EIA), Environmental Impact Report (EIR), Report on the social and environmental impacts of the pipeline Ferrous Resources in Viçosa-MG and clipping newspaper stories and blogs that addressed this theme. The researcher also followed meetings and popular assemblies held in the municipalities affected by the project. As results, the research shows that the process of resistance established by actors opposed the installation of the pipeline have brought positive results, since this mobilization contributed to the licensing process was revised and some legal measures were taken. In this scenario the tools of organizing groups affected were paramount to the scenario that was installed which were: the meetings, the constitution of the Campaign Against Water and Pipeline Ferrous and the process of constitution of the Association of People Affected by Pipeline Ferrous.

Keywords: Conflict, social and environmental impacts, pipeline.

INTRODUÇÃO

Este trabalho é fruto das discussões realizadas pelo grupo de pesquisa em Conflitos Ambientais, Agricultura e Sociedade (PACAB) do Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa. Objetivamente procura-se trazer a luz do debate uma análise envolvendo a resistência dos movimentos sociais e das comunidades afetadas quanto ao processo de implantação do Mineroduto da empresa Ferrous na Zona da Mata do estado de Minas Gerais, Brasil. A justificativa para escolha da análise para essa região está associada ao grande número de ações jurídicas acerca das indenizações proposta pelo empreendedor, além disso, desde 2011 vem sendo identificada nessa região uma forte resistência à implantação do empreendimento envolvendo diversos movimentos sociais e mobilizando as comunidades da região. Essa mobilização vai culminar com a criação da Campanha pelas Águas e Contra o Mineroduto da Ferrous.

Como orientação para as análises o trabalho procurou discutir os conflitos ambientais dentro de uma perspectiva que envolvesse uma série de atores sociais se estruturando em torno de interesses e de valores, que puderam contribuir para a mobilização de diversos grupos, fundamentando o que foi proposto como objeto deste estudo.

Assim sendo, podemos apontar que a região por onde passa o empreendimento conforma um território legitimado pelos usos e reconhecimentos sociais de diferentes grupos dos poderes públicos e das organizações da sociedade civil. No entanto, a forma de perceber a utilização de tal território pode ser considerada um ponto de conflito e tensões mais evidentes. Assim, também a questão do poder deve ser levada em consideração quando se trata de analisar as formas econômicas, sociais, políticas e simbólicas de um mesmo território. Como exemplo, o próprio Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), que tem como uma das bases de articulação a questão do território, onde através da organização das populações atingidas o movimento luta contra a construção de barragens.

Por isso, é importante o olhar atento para as representações e significações que os atores sociais envolvidos em movimentos sociais, universidades e organizações têm de suas inserções e expectativas de futuro em relação ao território. Tais significados explicam e esclarecem os conflitos em algumas de suas dimensões. Contribuindo para a identificação dos interesses que estão em disputa em um dado contexto político. Nesse sentido, a ideia de interesse é uma ideia-chave para entender as alianças que movem as pessoas e o jogo de tensões entre elas (WEBER, 2002).

Nesse contexto podemos entender que os conflitos, como este aqui narrado, pode mobilizar uma grande quantidade de atores sociais com uma série de clivagens (Sociais, Econômicas, Ambientais e Políticas) que variam em função da natureza do problema, que procura compreender: uma proposta analítica que considera um conjunto de aspectos estruturais grupais e individuais que condicionam a ação.

Essas reflexões permitem apontar que a definição de poder pode ser entendida como uma luta também por classificações e significações sociais que legitimam e/ou justificam a ação dos atores envolvidos, seja na relação entre Estado e Sociedade, seja nas disputas entre diferentes segmentos da sociedade civil, especialmente os que estão ligados aos movimentos sociais.

Contribuindo com essa discussão Braga (1997) salienta que os conflitos ambientais, a princípio, consistiriam em uma polarização de poderes e alianças, no caso em estudo - população/movimentos sociais *versus* empreendedor -. Essa aliança entre população e movimentos sociais vai culminar na criação da Campanha Pelas Águas e contra o Mineroduto da Ferrous, que será foco de análise nos resultados deste trabalho.

Para Pasini et al (2013), esse jogo de disputa entre setor privado e atingidos estaria ligado à contradição entre a apropriação privada dos recursos naturais e o uso coletivo pela sociedade civil, transformando-os em um viés econômico. Ainda nesse sentido, os autores apontam que o Estado ora vai se comportar como regulador dos conflitos ora como agente de um de seus polos ora como ambos.

Neste sentido como cita Vainer (2008) há perdas que são resultados do próprio rompimento de relações desses conflitos, da eliminação de práticas, da perda de valores e recursos imateriais (religiosos, culturais), por exemplo: uma extensa família de agricultores que são obrigados a se mudar para o meio urbano ou a inundação de lugares com importância simbólica, religiosa, para um determinado grupo social.

Nesse mesmo sentido Perez e Gonçalves (2012), apontam que os conflitos gerados em função de uma política de desenvolvimento de megaprojetos têm trazidos uma série de consequências como a perda de território e nas transformações dos modos de vidas dessas comunidades afetadas por essas grandes obras.

Enfim, do ponto de vista dos impactos é possível entender que esses empreendimentos (barragens, minerodutos, portos, gasodutos, entre outros) provocam uma mudança social, pois como abordamos acima existem dimensões não estritamente pecuniárias ou materiais, mas também sociais, culturais e identitárias.

MATERIAL E MÉTODOS

Para alcançar os objetivos propostos a pesquisa foi realizada com foco nos municípios que poderão ser atingidos pelo empreendimento conhecido como mineroduto da Ferrous na Zona da Mata de Minas Gerais, no Brasil. É importante destacar que esta região nos últimos anos passou a ser alvo de construções de Usinas Hidrelétricas de Energia (UHEs) e das Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), que pode ser explicado pela intensa atividade hídrica na região. Ressaltando que a Zona da Mata do estado de Minas Gerais é um divisor de bacia, ou seja, no seu território é possível encontrar a bacia do Rio Doce e a bacia do Rio Paraíba do Sul. Assim, por volta dos anos de 1990 foram projetados 15 empreendimentos de barragens, sendo seis especificamente para a bacia do Rio Doce, que já estavam sendo estudados desde a década de 1960 por empresas privadas e estatais, como corrobora Zhouri e Rothman (2008).

Esse empreendimento foco do conflito consiste num empreendimento privado da empresa Ferrous Resources, uma multinacional, de capital australiano, inglês e norte-americano que visa a conduzir minério de ferro do complexo da Mina da Viga, em Congonhas – MG, ao porto em Presidente Kennedy – ES. Totalizando 400 quilômetros de comprimento e passando por 22 municípios, sendo 17 em Minas Gerais, 3 (três) no Rio de Janeiro e 2 (dois) no Espírito Santo. O investimento previsto para a implantação do mineroduto é de US\$ 2,2 bilhões. Tal obra terá aproximadamente 400 quilômetros, apresentando faixa de servidão que pode variar de 30 a 100 metros (BRANDT MEIO AMBIENTE, 2010, p.9).

Até setembro de 2014 esse empreendimento encontrava-se na fase de licenciamento ambiental pleiteando a Licença de Instalação junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA), órgão responsável no Brasil por licenciar empreendimentos potencialmente poluidores ou impactantes que envolva mais de um estado brasileiro. É importante destacar que o mineroduto faz parte de um complexo industrial e logístico da empresa, que abarca ainda três usinas de pelletização e um superporto. Esse empreendimento terá capacidade para transportar 25 milhões de toneladas de minério de ferro por ano na primeira fase, podendo se expandir para 50 milhões de toneladas de minério anuais na segunda fase (FERROUS, 2012).

No que se refere a coletada dos dados foi definido um recorte com destaque para a Microrregião do município de Viçosa, onde concentrou-se os principais focos de resistência ao empreendimento. Nesse sentido, foram realizados diversos trabalhos de campo ao longo dos anos de 2012 a 2014, cujo objetivo era levantar informações sobre o cotidiano e os meios de

vida das comunidades que poderão ser atingidas pelo empreendimento e as formas de resistência à instalação desse empreendimento. A técnica principal de coleta dos dados foi a entrevista semiestruturada. Sobre essas entrevistas, estas foram aplicadas junto as lideranças, homens, mulheres e jovens, sobretudo dos municípios de Viçosa, Coimbra, Ervália, Cajuri e Paula Candido. Só nesses municípios, o empreendimento atingirá aproximadamente 308 propriedades rurais.

Para escolha dos entrevistados foram seguidos os seguintes critérios: ser atingido pelo empreendimento, ser participante das reuniões promovida pelos mediadores, fazer parte do movimento social envolvido no conflito e ter envolvimento no surgimento e/ou no desdobramento do conflito ambiental ocasionado pelo mineroduto. Ao todo foram entrevistadas cerca de 30 famílias que estão ameaçadas de serem atingidas pelo empreendimento.

Além dessas entrevistas, o pesquisador acompanhou assembleias populares, audiências públicas, passeatas e manifestações, organizadas pelos movimentos sociais. Esses eventos foram realizados principalmente nos municípios citados acima. Neste espaço foi possível debater de forma conjunta os possíveis impactos que poderão ser ocasionados com a passagem do mineroduto na microrregião de Viçosa.

Ademais, utilizou-se como suporte para as pesquisas de campo e para as análises as pesquisas documentais, que serviram de base para a inferência de dados técnicos do empreendimento. Entre estes documentos foram consultados o Estudo de Impactos Ambientais (EIA), o Relatório de Impactos Ambientais (RIMA), o Relatório sobre os impactos socioambientais do mineroduto da Ferrous Resources na microrregião de Viçosa-MG, o [ofício da ouvidoria ambiental do Estado de Minas Gerais sobre o empreendimento](#), e, por fim, o relatório sobre os possíveis impactos que poderão acontecer junto as nascentes no município de Viçosa realizado pela Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), seção local Viçosa. Esse estudo foi realizado no ano de 2012 e tinha por objetivo trazer mais subsídios e informações para o diálogo com a sociedade civil.

Além destes documentos, foram selecionadas às matérias publicadas nos jornais impressos e nas publicações eletrônicas sobre o mineroduto da Ferrous, no período de janeiro de 2010 a setembro de 2014. Posteriormente, foi construído um banco de dados com as notícias, no qual foram agrupadas e analisadas. Essa análise permitiu confirmar as causas e os desdobramentos dos conflitos ambientais, assim como os atores sociais envolvidos neste estudo de caso e por fim identificar as ações de resistência contra a implantação de tal empreendimento.

Análise dos Resultados

As primeiras mobilizações populares contra a implantação do mineroduto da empresa Ferrous Ressources ocorreram no início do ano de 2011, na cidade de Viçosa - MG. Esses eventos importantes culminaram com os primeiros passos de resistência ao empreendimento. Nesse sentido o primeiro evento que foi mapeado foi a mobilização por parte de pesquisadores da Universidade Federal de Viçosa através do Projeto de Assessoria a Comunidades Atingidas por Barragens e Mineração na Zona da Mata Mineira (PACAB) juntamente com movimentos sociais como o MAB que passaram a realizar reuniões para debater o empreendimento e os possíveis impactos que seriam causados não só na fauna e na flora, mas também, junto aos atores sociais que seriam diretamente afetados por tal obra.

O outro evento importante foram as ações judiciais movidas por proprietários de terras que não aceitavam os valores das indenizações oferecidas pela empresa Ferrous como forma de compensação. Nesse ano de 2011 já haviam sido computadas aproximadamente 337 ações judiciais em seis comarcas, e dessas um terço concentrou-se na comarca do município de Viçosa.

Outro fato importante a destacar é que o Mineroduto da Ferrous em maio de 2009 já havia recebido um decreto de utilidade pública fornecido pelo governo do estado de Minas Gerais. Que declarava de “utilidade pública, para desapropriação, constituição de servidão administrativa e ocupação temporária, terrenos situados nos Municípios que menciona, necessários à construção do Mineroduto Ferrous, bem como de suas instalações complementares, e dá outras providências” (DECRETO S/N. DE UTILIDADE PÚBLICA, 2009).

Ao resgatar o histórico do conflito percebe-se que estas primeiras mobilizações ocorrem um ano após as audiências públicas realizadas em janeiro de 2010 que tiveram como objetivo apresentar o EIA, o RIMA e retirar dúvidas referentes ao mineroduto. Apresentação desses estudos faz parte das Resoluções 01 de 1986 e 09 de 1987 do Conselho Nacional do Meio Ambiente-CONAMA, que define como obrigatório a realização de estudos de impactos ambientais a serem submetidos à aprovação do órgão estadual competente ou do IBAMA e a realização de audiências públicas, cujo a finalidade é expor e recolher sugestões ou críticas dos estudos realizados sobre o empreendimento aos interessados. As audiências podem servir para que o órgão licenciador opte pela concessão ou pela negação da licença ambiental.

Sobre as audiências foram realizadas três uma em cada estado onde o mineroduto passaria. No caso da audiência do estado de Minas Gerais foi realizada no município de Viçosa.

É importante destacar que para muitos moradores da região foi nessa audiência que muitos moradores ficaram sabendo do empreendimento.

Estas audiências fazem parte dos instrumentos de legislação brasileira, que preve esse tipo de reunião para apresentação do empreendimento as comunidades que poderão ser impactadas direta ou indiretamente pela obra.

No entanto, cabe ressaltar que a audiência pública do mineroduto da Ferrous não teve como objetivo proporcionar um amplo debate, pautado na igualdade entre as partes, mas sim uma breve explanação da empresa e de alguns órgãos do governo sobre os procedimentos posteriores. Esse fato causou frustrações aos ouvintes porque eles tiveram poucas oportunidades de questionar sobre a obra, uma vez que, o empreendedor não apresentou quais seriam realmente os impactos socioambientais ocasionados pela a implantação do mineroduto, isso fez com que os atingidos pelo mineroduto ficassem indignados com essa situação. O que possivelmente contribuiu para as primeiras mobilizações posteriormente.

Sobre os instrumentos da legislação sobre os impactos ambientais de grandes obras autores como Bronz (2011) apontam que a legislação brasileira foi institucionalizada em 31 de agosto do ano de 1981, através da Lei 6.938 que cria uma política nacional de meio ambiente institucionalizando o processo de licenciamento ambiental. Essa política é criada dentro de uma perspectiva que o meio ambiente é uma variável estratégia importante nas políticas de desenvolvimento e modernização do Estado brasileiro. Além disso, a autora aponta:

(...) é importante aqui é termos claro que o licenciamento ambiental, tal como desenvolvido no Brasil, é uma adaptação dos modelos desenvolvidos internacionalmente, que se tornaram requisitos para os investimentos de capitais estrangeiros e nacionais mobilizados para a construção de grandes empreendimentos no país. (BRONZ, 2011, p 23).

É importante destacar que essas primeiras leis ambientais sofreram várias mudanças ao longo destes 30 anos, no entanto, estas mudanças mantiveram seus princípios iniciais, que a compatibilização do desenvolvimento econômico com as questões ambientais. Como é possível observar na Constituição de 1988, que insere em seu escopo a ideia de defesa do meio ambiente como um dos princípios da atividade econômica, ao mesmo tempo o respeito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

No bojo da criação dessas leis Bronz (2011) aponta que a legislação criou os instrumentos corretivos, responsáveis, por exemplo, pelas penalidades disciplinares ou compensatórias ao não cumprimento das medidas necessárias à preservação do meio ambiente.

E, criou os instrumentos preventivos como os zoneamentos ecológicos, os estudos de impacto ambiental e o licenciamento ambiental.

Assim, o licenciamento ambiental no Brasil pode ser visto como um processo decisório para instalação e operação de empreendimentos potencialmente poluidores e/ou causadores de impactos ambientais. Nesse sentido, o licenciamento é um instrumento da política nacional de meio ambiente, que outorgam a escalada desenvolvimentista.

Na Figura 02 elaborada por Bronz (2011), é possível observar as etapas do licenciamento brasileiro, como o Termo de Referência que é o Documento que vai indicar quais os aspectos a serem contemplados e analisados nos EIA/RIMA, bem como as diversas licenças como a Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e a Licença de Operação (LO) que são necessárias para tal finalidade.

Figura 02 Etapas do licenciamento Ambiental no Brasil

Inserir Figura 02 aqui

Fonte: Bronz, 2011.

Para Acselrad et al (2009), os instrumentos de avaliação como os EIAs/RIMAs, não atenderia uma perspectiva que levasse em conta as dimensões sócio políticos e culturais não dissociadas do meio ambiente. Por isso para os autores esses instrumentos têm sido mais apropriados para os interesses econômicos envolvidos nos projetos não dando conta de retratar as injustiças ambientais contidas em determinados projetos. Nesse contexto as populações impactadas são pouco ou nada consultadas e são elas que são mais vitimadas pelos processos de alteração climática, frutos das injustiças ambientais ocasionadas pelos empreendimentos.

Diante disso, é importante destacar ainda que mesmo sendo um instrumento com lacunas e com interesses duvidosos, o processo de licenciamento ambiental brasileiro vem sendo sistematicamente combatido por alguns setores ligados aos empreendedores, principalmente do setor elétrico, que defendem a tese de que esses procedimentos seriam um entrave para o desenvolvimento do país. Essa perspectiva traz uma visão hegemônica de desenvolvimento e progresso que orienta a modernização brasileira. Essa perspectiva é preocupante uma vez que mesmo que seja tênue ainda é o único instrumento que possibilita a sociedade a cobrar e a questionar os impactos provocados por essas obras.

Nesse sentido Zhouri et al (2005, p. 113) aponta que “(...) a atual campanha pública que propõe o desmantelamento do Sistema político ambiental, fortemente defendida pelo setor energético e pelo governo federal (...) representa o risco de retrocedermos ao autoritarismo implacável de 30 anos atrás”. Ainda segundo a autora, o debate contemporâneo sobre as questões ambientais tende a renegar ou deixar de lado as relações de poder presentes nos conflitos em torno da significação e da apropriação do meio ambiente, o que vem trazendo sérios prejuízos, sobretudo, para as populações que são diretamente afetadas por estas obras.

Já do ponto de vista estrutural do processo no caso brasileiro, o que se percebe é a falta de infraestrutura adequada para órgãos que realizam o licenciamento, acumulada as pressões externas que os técnicos que são responsáveis pelo licenciamento sofrem, o que de certa forma contribui para o desmantelamento do processo de licenciamento.

Neste caso, Pasini et al (2013) apontam uma denúncia realizada por servidores do Ibama, ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade) e MMA (Ministério do Meio Ambiente), em que afirmam que os técnicos passam por pressões para que deem pareceres favoráveis e minimizem os impactos provocados por esses empreendimentos. Muitas vezes isso acontece porque os empreendedores acabam tendo o controle financeiro, técnico e político do processo influenciando diretamente nas decisões a respeito do licenciamento.

Além disso, os técnicos apontam que é muito comum os gestores desconsiderarem os pareceres técnicos emitidos pelos órgãos licenciadores. O que tem provocado sérios danos ao meio ambiente e a própria sociedade. Os autores apontam ainda que de um modo geral, o posicionamento do Estado vem se configurando de forma instável, ou seja, ora se encontra ao lado do empreendedor, ora dos atingidos e dos movimentos sociais.

No caso do licenciamento ambiental na região da Zona da Mata o que se percebe é que os estudos sempre têm colocado a região como atrasada e que a agricultura local seria estagnada, o que não seria verdade, pois a região tem uma forte bacia leiteira dentro do estado Minas Gerais. Além disso, esses documentos têm desconsiderados todo contexto social e econômico da agricultura familiar local. Cardoso e Jucksch (2008) salientam que os dados levantados pelos EIA/RIMA valorizam o empreendimento e desvalorizam as propriedades daqueles que serão impactados, e no caso dos ambientes rurais da Zona da Mata Mineira, a leitura que se faz é que moram na região famílias em terras improdutivas e que praticam agricultura de forma irrisória.

Passado esse momento do ritual do licenciamento iniciam-se as primeiras mobilizações na região dando origem em um primeiro momento, a contestação da população junto a Câmara de Vereadores de Viçosa, a realização de reuniões na paróquia de Nossa Senhora de Fátima (Viçosa) e os seminários em diversos municípios da Zona da Mata, discutindo os impactos do empreendimento e questionando as consequências e os interesses desse tipo de obra para os municípios afetados. Com essa mobilização acontecendo na região a cobertura da mídia passou a trazer com certa frequência o debate sobre os possíveis impactos que o mineroduto poderá trazer para os municípios onde ele atingirá.

Essas mobilizações vão culminar com a realização, em dezembro de 2011, de uma audiência pública, realizada em Viçosa, pela Comissão de Minas Energia da Assembleia Legislativa de Minas Gerais que debateu os impactos da construção do mineroduto da Ferrous, na região da Zona da Mata de Minas Gerais. É importante frisar que em junho de deste mesmo ano, mesmo com as contestações que viam ocorrendo, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA) concede a primeira licença ao empreendimento, ou seja, a Licença Prévia.

O ano de 2012 começa com uma intensa mobilização no município de Viçosa, assim, iniciam-se as discussões sobre os impactos ambientais na esfera urbana do município. Isso acontece principalmente, porque no ano de 2012 alguns bairros do município sofreram com o desabastecimento de água. Essa situação se repetiu durante o ano de 2014, ocasionado principalmente pela escassez de chuvas e pela degradação da bacia do Ribeirão São Bartolomeu. Essa realidade teve um aspecto positivo que foi um alerta que essa situação pode se agravar caso o mineroduto seja construindo e impacte ainda mais o Ribeirão São Bartolomeu.

Isso porque, caso a obra seja autorizada ela passará no Ribeirão São Bartolomeu que abastece 100% da Universidade Federal de Viçosa (UFV) e 50% da cidade Viçosa. Neste caso, além dos demais impactos que uma obra dessa natureza causa. Pode-se somar a ela um grande impacto hídrico no município, pois, um empreendimento subterrâneo como é o mineroduto, os impactos que poderão provocar junto as nascentes deste curso d'água alterarão negativamente a dinâmica hídrica do solo.

Nesse contexto as explicações de Castro e Otávio (2010) nos ajudam a entender que a instalação do mineroduto representa o surgimento e a ampliação de processos erosivos, movimentos de massa e acúmulo de material inconsolidado nas drenagens, contribuindo para o assoreamento.

Além disso, a obra irá implicar em desmate e necessariamente em grandes movimentações de terra, com abertura de valas para instalação de tubos, cortes de taludes, abertura de acessos, instalação de canteiro de obras, de depósito e faixa de manutenção.

Esse fato, fez com que outros atores, além dos movimentos sociais e comunidades atingidas participassem da mobilização. Assim, ao longo do ano foram feitas diversas ações, como: discussões em escolas públicas da região; palestras nos municípios da Zona da Mata; reuniões populares; Assembleia Popular da Água, que aconteceu na Câmara dos Vereadores de Viçosa no mês de maio; e audiência pública promovida pelo Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) realizada em julho de 2012 na localidade do Paraíso zona rural de Viçosa, onde foram feitas denúncias sobre a violação dos direitos humanos e os possíveis problemas socioambientais, principalmente, a questão do abastecimento de água na cidade de Viçosa.

Além desses eventos foi realizado uma grande passeata no meio do ano de 2012 na cidade de Viçosa, cujo objetivo dessa passeata era trazer para a população urbana a pauta dos possíveis impactos que a obra poderá acarretar não só para os atingidos, mas também, para toda a população da região.

Essas mobilizações colheram dois frutos importantes o primeiro foi à criação da Campanha Pelas Águas e Contra o Mineroduto da Ferrous. Tendo como slogan “Fora Ferrous, Água Vale Mais que Minério!”. Esta Campanha é formada por um grupo que envolve não só os atingidos pelo empreendimento, mas também os moradores da cidade e da microrregião de Viçosa, além dos universitários. A Campanha possui um blog no qual são postadas todas as informações sobre o mineroduto da Ferrous, o endereço do blog é: <<http://campanhapelasaguas.blogspot.com.br>>.

Assim sendo, essa Campanha acabou se tornando o principal fruto da resistência contra o empreendimento na região. Segundo informações de um dos coordenadores desse movimento, que é estudante de Biologia da Universidade Federal de Viçosa, a Campanha são movimentos que representam diversos segmentos da sociedade, entre estes é possível citar: o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Projeto de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens e Mineração (PACAB-UFV), Entidade Nacional de Estudantes de Biologia (ENEBIO), Associação dos Estudantes de Engenharia Floresta (ABEF), Levante Popular da Juventude, Associação dos Moradores do Palmital, Associação dos Moradores do Bairro Santa Clara, Paróquia Nossa Senhora de Fátima, Articulação Nacional dos Estudantes de Ciências Sociais (ANECS;), Associação dos Geógrafos Brasileiros de Viçosa, Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB), Observatório de Movimentos Sociais (Grupo

de Extensão da UFV), Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), Comissão Pastoral da Terra, ONG Núcleo de Assessoria a Comunidades Atingidas por Barragens (NACAB), entre outros.

É importante destacar que alguns desses movimentos ou grupos já atuam na região desde a década de 1990 quando começou a construção de diversas Usinas Hidrelétricas neste território. Já construindo assim, uma base para a mobilização dessas comunidades. Nesse contexto é possível citar o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), apoiada pela Arquidiocese de Mariana que se instalou nessa época na região, contando, também com a presença de agentes da Comissão Pastoral da Terra (CPT) de Minas Gerais. Outro grupo não menos importante foi o Grupo de extensão/pesquisa Projeto de Assessoria a Comunidades Atingidas por Barragens (PACAB) que mais recentemente acrescentou no seu nome Comunidades atingidas por Barragens e Mineração, em função do grande número de empreendimentos minerários que vem se formando na última década nas bacias do Rio Doce e Rio Paraíba do Sul.

Só para exemplificação da presença desses empreendimentos na região, a bacia do Rio Doce abriga o maior complexo siderúrgico da América Latina, exemplificado pela presença de empreendimentos como a Companhia Siderúrgica Belgo Mineira, a ACESITA, a USIMINAS, além da maior mineradora a céu aberto do mundo, a Companhia Vale.

O outro ponto importante dessa mobilização foi uma ação civil pública de n.º MPMG-0713.12.000149-8 perpetrada pela Campanha junto ao Ministério Público (MP) de Minas Gerais. Essa ação questionava os estudos realizados pela empresa e apontava diversas lacunas que o documento possuía. Entre estas era possível apontar a questão dos impactos em um dos principais estoques de água do município de Viçosa e violações dos Direitos Humanos, neste caso foi possível coletar relatos em algumas situações houve relatos de casos no qual a negociação com as mulheres era diferente em relação aos homens. Além disso, os valores das indenizações estariam abaixo ao valor de mercado regional, além dos relatos das invasões nas propriedades por parte de funcionários a serviço da empresa Ferrous.

Outro argumento que serviram de subsídio para elaboração da ação foi um estudo elaborado pela Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) que apontou diversas lacunas sobre os impactos nas mais de 60 nascentes que serão atingidas somente no território de Viçosa e uma perícia realizada pelo Ministério Público Estadual que constatou um conjunto de falhas no estudo de impacto ambiental apresentado pela empresa Ferrous.

Essa ação acabou em um acordo realizado entre o MP e a empresa e abril de 2013, no qual a empresa se comprometeria a realizar novos estudos para avaliar os reais impactos junto a questão da água no município de Viçosa. Nesse sentido, o documento do ministério público na primeira cláusula do objeto de compromisso, aponta que o compromisso da empresa em custear um relatório técnico de até R\$200.000,00 (duzentos mil reais) que considerasse os riscos de danos nas nascentes, margens e leitos na Comarca de Viçosa, do Ribeirão São Bartolomeu, Rio Turvo Limpo e Rio Turvo Sujo. Esse estudo. Para a realização do estudo o MP indicaria uma equipe multidisciplinar para tal finalidade.

No entanto, é importante apontar que esse acordo segundo membros da Campanha não foi bem recebido pelos os envolvidos no conflito, pois a posição do MP teria sido no sentido de conciliar o problema, não levando em conta outros aspectos movidos na ação e que ainda é temor principalmente, por parte das famílias que poderão serem atingidas pelo mineroduto.

Sobre o papel do MP cabe uma outra, ressalva no estudo realizado pelo Banco Mundial em 2008 denominado “Licenciamento Ambiental de Empreendimentos Hidrelétricos no Brasil: Uma contribuição para o Debate”. O documento é categórico em afirmar que o órgão é intransigente e torna o processo de licenciamento mais moroso e oneroso e que o mesmo deveria se ater apenas aos aspectos legais do licenciamento e não em posições relacionadas com aspectos técnicos e administrativos. Essa visão mostra claramente uma pressão de organismos internacionais junto ao MP, o que pode corroborar para que outros posicionamentos sejam tomados, como por exemplo, o caso aqui descrito (SOUSA, 2009).

Neste mesmo ano no mês de maio, atingidos pelo mineroduto e representantes da Campanha aproveitaram a vinda da Ministra da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República Brasileira, que veio ministrar a aula inaugural do ano letivo de 2013 na UFV, e entregaram um dossiê e documentos produzidos pelo Ministério Público Federal (MPF) que apresentam violações aos direitos humanos e ambientais que serão provocados pelo mineroduto da Ferrous Resources. Além disso, os representantes da Campanha solicitaram a intervenção da ministra em relação ao caso. Nesse sentido, um dos coordenadores da Campanha deu o seguinte depoimento:

É inadmissível, depois de tantas denúncias e laudos técnicos comprovando a inviabilidade do empreendimento, o IBAMA prosseguir com o processo concedendo recentemente a prorrogação da licença prévia. Exigimos que a recomendação protocolada pelo Ministério Público Federal em setembro de 2012 seja acatada e o processo de licenciamento cancelado devido às sistemáticas violações de direitos e impactos socioeconômicos não mensurados pela multinacional. (<http://campanhapelasaguas.blogspot.com.br>. 2014)

Em 2014 o ano começa com a Campanha e seus parceiros traçando estratégias novas e trazendo o debate para os setores importantes que ainda não havia tomado suas posições a respeito da implantação do mineroduto da Ferrous no município de Viçosa. Nesse sentido, foi realizado em maio de 2014 um evento intitulado “Mineroduto em Viçosa! Impactos na UFV?” que teve por objetivo trazer reflexões sobre os impactos do mineroduto não só nas comunidades atingidas como, também, no campus da Universidade Federal de Viçosa (UFV).

No debate as posições das falas dos palestrantes e dos participantes foram no caminho de apontar que a presença do mineroduto no município trará consequências negativas, tanto do ponto de vista socioeconômico para as famílias atingidas, como para o meio ambiente local, sobretudo, no que tange os aspectos hídricos do município de Viçosa. Esse debate e as pressões dos movimentos estudantil na UFV acabou colaborando para que a reitoria nomeasse uma comissão especial para avaliar os impactos que este empreendimento possivelmente trará para a instituição e o município.

Além desse debate na UFV, foi realizado outros debates nos municípios da região, entre estes é possível citar o Debate realizado no município de Presidente Bernardes, conforme observou-se na Figura acima cartaz do convite para evento.

Outra conquista alcançada pela mobilização foi o parecer emitido pelo Conselho Municipal de Defesa e Conservação do Meio Ambiente (CODEMA) do município de Viçosa se posicionando contrário a passagem do mineroduto. Entre o parecer é possível destacar que “O CODEMA, devido à inconsistência e a subestimação de dados contidos no estudo de impacto ambiental (EIA) apresentado pela empresa Ferrous Resources do Brasil S. A., e no intuito de salvaguardar e garantir a segurança hídrica de Viçosa, manifesta-se contrário à passagem do mineroduto pelas bacias que abastecem o Ribeirão São Bartolomeu, o Rio Turvo Sujo e o Rio Turvo Limpo.” (CAMPANHAPELASAGUAS.BLOGSPOT.COM.BR, 2014). No entanto, é importante destacar que o poder executivo não teria acatado a recomendação do Conselho.

CONCLUSÕES

A experiência de oposição ao mineroduto da empresa Ferrous na microrregião de Viçosa-MG nos mostrar que a resistência criada pelos atores contrários a instalação do mineroduto trouxeram resultados positivos. Dando origem a uma Campanha de mobilização permanente que permitiu que a população ganhasse voz e força junto a diversos órgãos e

contribuindo inclusive para a revisão do processo de licenciamento ambiental, sobretudo, no que tange aos impactos nas questões hídricas da região.

Cabe destacar também, que depois dessa experiência da microrregião de Viçosa outros municípios afetados pelo o mineroduto, passaram a realizar manifestações e resistência contra a possível instalação do mineroduto da Ferrous. Demonstrando que estas ações têm contribuído para a construção de uma rede de atores que vem propondo discutir o problema da mineração não só na região, mas também, em todo o estado de Minas Gerais.

Outra contribuição que esta experiência nos permite apontar, foi o papel da extensão universitária através do PACAB como fundamental no sentido de contribuir não só para o empoderamento das comunidades atingidas, mas como fomentador de reflexões sobre o uso e a forma como os recursos ambientais têm sido utilizados por nossa sociedade.

Além disso, as ações do grupo de extensão permite refletir que o papel da universidade pode ser fundamental nesses processos de resistências, contribuindo para que o conhecimento esteja disponível para a sociedade extramuros da universidade, sobretudo para aquelas populações carentes de formação técnica e reféns de um processo desenvolvimentista. Assim, o papel de assessoria do grupo tem tentado aproximar esse conhecimento científico com as reais demandas desses grupos atingidos por empreendimentos de infraestrutura.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri; Mello, Cecília Campello do A; Bezerra Gustavo das Neves a. O que é justiça ambiental. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- BLOG CAMPANHA PELAS ÁGUAS. Campanha pelas águas e contra o Mineroduto da Ferrous. Disponível em: <http://campanhapelasaguas.blogspot.com.br/>. (15-11-2013).
- BRAGA, Tânia. Conflito socioambiental e constituição de agentes sociais ambientalistas: um estudo sobre as cidades industriais da bacia do Rio Piracicaba (MG), 1997. Disponível em: < <http://ebookbrowse.com/r/rio-piracicaba>>. (30/07/2012).
- BRANDT MEIO AMBIENTE. Estudo de Impactos Ambientais: Mineroduto Ferrous Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo, PARTE I – Caracterização do Empreendimento. Julho, 2010. Disponível em: < http://siscom.ibama.gov.br/licenciamento_ambiental/Dutos/Mineroduto/Mineroduto%20Ferrous%20-%20julho%202010/>. (10-09-2012).
- BRONZ, Deborah. Empreendimentos e empreendedores: formas de gestão, classificações e conflitos a partir do licenciamento ambiental, Brasil, século XXI. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-. Graduação em *Antropologia Social, Museu. Nacional*, da Universidade Federal de Rio de Janeiro. 2011. pp. 16-46.

CARDOSO, Irene Maria; JUCKSCH, Ivo. “Análise dos ambientes naturais da zona da mata mineira estudados em projetos hidrelétricos”. In: Rothman, Franklin Daniel (org.). *Vidas alagadas: conflitos socioambientais, licenciamento e barragens*. Viçosa: UFV, 2008.

CASTRO, Armando; OTÁVIO, Luís. “Diagnóstico Ambiental do Meio Socioeconômico”. In: *Estudo de Impactos Ambientais do Mineroduto Ferrous*. 2010. Parte IV.

Ferrous Resources. *Mineroduto*. Disponível em: <<http://www.ferrous.com.br/index.php/projetos/view/14/14>>. (30/07/2012).

HAESBAERT, Rogério. *Territórios alternativos*. Niterói, Eduff; São Paulo: Contexto, 2002.

NUTTI, Mirian Regini. *Integração Energética na América do Sul: escalas, planejamentos e conflitos*. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, 2006.

PACHECO, Aguinaldo. *Assembleia Popular para discutir o Mineroduto da Ferrous*. Disponível em: <http://vicosacidadeaberta.blogspot.com.br/2012/04/assembleia-popular-para-discutir-o.html> (10-09-2013).

PASINI, Isabela Leão Ponce, OLIVEIRA, Marcelo Leles Romarco de, FONSECA, Bruno Costa da. *Mineroduto é progresso? Conflito socioambiental no município de Viçosa – MG*. *ACTA GEOGRÁFICA*; v. 7, n. 15 (2013): mai./ago.; 133-151.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. Editora Ática, São Paulo, 1993.

PEREZ, Mercedes Solá; GONÇALVES; Claudio Ubiratan. “Desenvolvimento e conflito territorial - primeiras reflexões sobre as comunidades atingidas pelo complexo industrial portuário de SUAPE-PE, Brasil.” In: *Revista de Geografia (UFPE) V. 29, No. 2, 2012*.

ROTHAMAN, Franklin Daniel. *Mobilização, resistência e participação das comunidades atingidas por barragens: O projeto de assessoria e o movimento dos atingidos por barragens em Minas Gerais*. Disponível em: <http://www.unizar.es/fnca/america/docu/1711.pdf>. (22-10-2008)

SANTOS, Boaventura de Sousa; AVRITZER, Leonardo. “Introdução: Para ampliar o cânone democrático”. In Santos, Boaventura de Sousa, org. *Democratizar a Democracia: Os Caminhos da Democracia Participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SOUSA, Dayane Rouse Neves; OLIVEIRA, Marcelo Leles Romarco; FONSECA, Bruno Costa. *Conflitos na implantação do Mineroduto da Ferrous: a percepção dos atores sociais sob suas causas e desdobramentos*. *RDG-Revista do Departamento de Geografia da USP*. V. 25, pp 140-163, 2013.

SOUZA, Alexandre Nascimento. *Licenciamento ambiental no Brasil sob a perspectiva da modernização Ecológica*. Dissertação de mestrado em Ciência Ambiental. USP, 2009.

VAINER, Carlos Bernardo. *Conceito de “Atingido”*: Uma Revisão do Debate. In: Rothman, Franklin Daniel (org.). *Vidas Alagadas: conflitos socioambientais licenciamento e barragens*. Viçosa: UFV, 2008.

WEBER, Max. *Ciência e Política. Duas Vocações*. São Paulo: Editora Cultrix: 2002.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemes; Paiva, Ângela. Uma sociologia do licenciamento ambiental: o caso das hidrelétricas em Minas Gerais. In: Zhouiri, A. et.al. (Org.). *A insustentável leveza da política ambiental. Desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2005. pp 89-116.

ZHOURI, Adréia; ROTHMAN, Franklin Daniel. Assessoria aos atingidos por barragens em Minas Gerais: desafios, limites e potencial. In Franklin Rothman (org.), *Vidas alagadas: conflitos socioambientais, licenciamento e barragens*, Viçosa: UFV, 2008.

AGRADECIMENTOS

O autor agradece os recursos disponibilizados pelo Programa de Extensão Universitária (Proext), que financiou no ano de 2014 o Projeto de Assessoria às Comunidades Atingidas pelos Impactos Sociais e Ambientais Causados por Projetos de Barragens e Mineração na Zona da Mata/MG.